

NOVO ENSINO MÉDIO E BNCC: efeitos na materialidade do ensino de sociologia

Mayara Tâmea Santos Soares (UFC)¹,
mayara.tamea@prof.ce.gov.br

Newton Malveira Freire (UMINHO)²,
newton.freire@prof.ce.gov.br

RESUMO

As recentes reformas educacionais implementadas a partir do Novo Ensino Médio (NEM) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) têm promovido reconfigurações na organização curricular da educação básica brasileira, produzindo efeitos relevantes sobre o ensino de Sociologia. Nesse aspecto, este trabalho tem como objetivo analisar de que maneira tais políticas educacionais afetam o ensino de Sociologia em sua dimensão concreta, compreendida como a articulação entre a configuração curricular, as práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas nas escolas e as condições objetivas do trabalho docente. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma investigação de natureza teórico reflexiva, baseada em revisão bibliográfica crítica e análise documental da BNCC, das Diretrizes Curriculares Nacionais e de documentos orientadores do Novo Ensino Médio. O estudo dialoga com contribuições da sociologia da educação e dos estudos críticos do currículo, mobilizando autores que problematizam o esvaziamento dos conteúdos escolares, a desvalorização das Ciências Humanas e os efeitos de reformas educacionais orientadas por lógicas gerencialistas e utilitaristas. Diante de tal cenário, conclui-se que o Novo Ensino Médio e a BNCC transformam a Sociologia em um componente curricular marcado por limites institucionais e restrições práticas, tensionando suas condições de oferta e sua função formativa nas escolas. Tais mudanças evidenciam a urgência de refletir sobre a implementação de políticas educacionais que não apenas formalizam a disciplina, mas que também garantam condições concretas para a consolidação de seu papel epistemológico e pedagógico no ensino médio brasileiro.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. BNCC. Ensino de Sociologia. Materialidade. Trabalho Docente

1. INTRODUÇÃO

Com a implementação do Novo Ensino Médio (NEM), instituído pela Lei nº 13.415/2017, em articulação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), a Sociologia deixa de figurar como componente curricular obrigatório em todas as séries do ensino médio, passando a ocupar um espaço instável e, muitas vezes, residual, o que compromete sua efetiva institucionalização no cotidiano escolar. Conforme destacam Frigotto

¹ Mestre em Sociologia (UFC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4063920485508617>.

² Doutorando em Sociologia (UMINHO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2943098639297564>

e Ramos (2019), tal rearranjo não é neutro, mas orientado por uma racionalidade instrumental que subordina a formação escolar às demandas do mercado de trabalho, tensionando a função crítica e formativa das Ciências Humanas.

A problemática que orienta esta pesquisa consiste em compreender de que maneira o Novo Ensino Médio e a BNCC afetam a materialidade do ensino de Sociologia, especialmente no que se refere à sua configuração curricular, às práticas pedagógicas e às condições de trabalho docente. Parte-se da hipótese de que essas reformas contribuem para o esvaziamento epistemológico da disciplina, promovendo a fragmentação de seus conteúdos e a descaracterização de sua identidade enquanto campo científico autônomo.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo geral analisar criticamente os efeitos do NEM e da BNCC sobre o ensino de Sociologia no Ensino Médio. Como objetivos específicos, busca-se: (i) examinar o lugar atribuído à Sociologia nos documentos normativos do NEM e da BNCC; (ii) discutir os impactos dessas políticas sobre a organização curricular e a carga horária da disciplina; (iii) analisar as implicações dessas reformas para as práticas pedagógicas e para o trabalho docente; e (iv) refletir sobre os limites e possibilidades do ensino de Sociologia no contexto atual das políticas educacionais brasileiras.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar o debate acerca das consequências das reformas do Ensino Médio para a formação dos estudantes e para a consolidação da Sociologia como componente curricular. Ao problematizar os efeitos concretos dessas políticas, pretende-se contribuir para a reflexão crítica sobre os rumos da educação básica e para o fortalecimento do ensino de Sociologia enquanto espaço de formação intelectual, política e cidadã.

2. METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como um estudo de natureza teórico reflexiva, ancorado em procedimentos metodológicos qualitativos, cujo eixo central consiste na revisão bibliográfica crítica articulada à análise documental. Nessa perspectiva, foram examinados documentos normativos oficiais com destaque para a BNCC, as Diretrizes Curriculares Nacionais e os textos orientadores do Novo Ensino Médio, compreendidos não apenas como instrumentos regulatórios, mas como produções discursivas que expressam concepções de educação, formação juvenil e lugar das Ciências Humanas no currículo escolar.

A adoção da pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico justifica-se, com base em Braucks et al. (2025), onde argumentam que esse é um procedimento formal e reflexivo, indispensável à cientificidade da investigação, pois permite organizar, sistematizar e interpretar produções teóricas previamente consolidadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O discurso oficial do Novo Ensino Médio (NEM) traz como pano de fundo uma inflexão modernizadora capaz de tornar a escola mais atrativa, flexível e alinhada aos projetos de vida dos estudantes. Sob essa retórica, conceitos como protagonismo juvenil, flexibilização curricular e liberdade de escolha dos itinerários formativos ocupam posição central, configurando uma narrativa institucional que associa autonomia discente à reorganização curricular. Contudo, quando analisada de forma crítica, especialmente no que concerne à Sociologia, essa promessa de inovação revela tensões profundas entre o plano normativo e a realidade vivenciada nas redes públicas de ensino.

No âmbito do discurso institucional, o protagonismo juvenil é frequentemente mobilizado como justificativa para a fragmentação curricular, transferindo aos estudantes a responsabilidade por escolhas que, na prática, não são plenamente acessíveis. A suposta liberdade de seleção dos itinerários formativos esbarra em uma série de limitações, o que resulta em ofertas reduzidas e, por vezes, inexistentes. Conforme alerta Costa (2020), a flexibilização defendida pelo NEM tende a operar mais como um mecanismo de hierarquização do conhecimento escolar do que como uma ampliação efetiva das possibilidades formativas, aprofundando desigualdades históricas entre redes e territórios educacionais.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) inaugura um deslocamento substantivo no lugar da Sociologia no Ensino Médio ao não assegurar explicitamente sua condição de disciplina escolar obrigatória, promovendo sua diluição no interior de competências gerais e áreas do conhecimento. Conforme demonstram Silva e Alves Neto (2020), o processo de elaboração da BNCC foi marcado por disputas políticas e epistemológicas que culminaram na supressão da centralidade da Sociologia, substituída por uma lógica transversal que enfraquece sua identidade disciplinar e compromete sua função formativa crítica. Esse rearranjo curricular implica uma descaracterização do saber sociológico

enquanto campo científico autônomo, dotado de categorias analíticas próprias, métodos específicos e tradição teórica consolidada.

Lopes (2020) evidencia que tal fragmentação não representa mera reorganização pedagógica, mas um processo de esvaziamento conceitual que transforma o conhecimento sociológico em um repertório instrumental voltado à resolução pragmática de problemas imediatos. A incorporação da Sociologia como “saber transversal” também responde a uma racionalidade curricular alinhada a pressupostos neoliberais, nos quais a educação passa a ser orientada pela lógica da adaptabilidade, da empregabilidade e da mensuração de resultados. Savedra (2021), ao analisar documentos curriculares derivados da BNCC, demonstra que a disciplina é progressivamente subordinada a competências socioemocionais e a discursos de cidadania abstrata, esvaziando seu potencial crítico e político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz das análises desenvolvidas, torna-se evidente que os efeitos do Novo Ensino Médio e da BNCC sobre a materialidade do ensino de Sociologia extrapolam o plano normativo e incidem diretamente sobre a organização concreta do currículo escolar. No que se refere à materialidade curricular, observa-se uma redução significativa da carga horária destinada à disciplina, bem como sua progressiva ausência enquanto componente obrigatório na matriz curricular do Ensino Médio. Como assinalam Silva e Alves Neto (2020), essa reconfiguração resulta em esvaziamento epistemológico e perda de centralidade pedagógica. A Sociologia passa a ocupar espaços instáveis, frequentemente diluída, descontínua, o que compromete a sistematização dos conteúdos e a continuidade do processo formativo.

Essa fragilização se aprofunda quando analisada a materialidade pedagógica e a materialidade do trabalho docente, dimensões indissociáveis da efetivação do ensino de Sociologia na escola. A padronização de livros didáticos, materiais digitais e plataformas alinhadas à lógica das competências e habilidades, associada à exigência de planejamentos centrados em projetos e metodologias “ativas” pouco contextualizadas, tem limitado a mediação teórica e o aprofundamento conceitual, característicos da disciplina.

Constata-se ainda que a imposição da polivalência e a atuação do professor de Sociologia em componentes não específicos, como Projeto de Vida, Eletivas e Trilhas

Formativas, contribuem para a precarização simbólica e profissional desse docente, deslocando-o de seu campo de especialidade.

REFERÊNCIAS

BODART, Cristiano das Neves. O ensino de Sociologia e a BNCC: esboço teórico para pensar os objetivos educacionais e intencionalidades educativas na e para além das competências. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 131–153, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. Ensino Médio**. Brasília: MEC. Versão entregue ao CNE em 03 de abril de 2018.

BRAUCKS, Julia Batista et al. Pesquisa Bibliográfica como Metodologia de Pesquisa Científica. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 11, 2025.

COSTA, Crisolita Gonçalves dos Santos. BNCC, flexibilização curricular e protagonismo juvenil: movimentos atuais de “construção” do ensino médio brasileiro, a partir da lei 13.415/2017. **Margens: Revista Interdisciplinar do PPGCITI**, Abaetetuba, v. 14, n. 23, p. 43-60, dez. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise. Apresentação – Dossiê Temático: Ensino Médio – Passos E Impasses Na Atualidade. **e-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 19, p. 2–5, 2019.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 331–354, abr. 2017.

LOPES, Francisco Willams Ribeiro. (Des)continuidades na política de um currículo nacional: a Sociologia nos arranjos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 52, n. 1, p. 245-282, mar./jun. 2021.

SAVEDRA, Silas Souza. NEOLIBERALISMO E ENSINO DE SOCIOLOGIA: Uma análise do lugar da Sociologia no Documento Curricular Referencial do Ceará à luz da teoria crítica do Currículo. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 64–85, 2024.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli; ALVES NETO, Henrique Fernandes. O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a sociologia (2014 a 2018). **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 262–283, 2020.